

CLIPPING IMPRESSO

30/07/2019



INDICE

1. JORNAL O PROGRESSO	
1.1. CEMULHER.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. DECISÕES.....	3
2.2. INFORMATIVO.....	4
2.3. OUVIDORIA.....	5

MULHER | Judiciário promove seminário para debater sobre gênero, violência e justiça

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA), com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), promove nos dias 5 e 6 de agosto, o Seminário “Patriarcado e Gênero: desconstruindo paradigmas jurídicos”. A programação integra a 4ª Semana Estadual de Valorização da Mulher.

O evento será aberto no dia 5 de agosto (segunda-feira), às 9 horas, no Auditório do Fórum de São Luís. A desembargadora Ângela Salazar, coordenadora da CEMULHER/TJMA, explica que o evento reunirá magistrados, promotores, servidores, defensores públicos, delegados, advogados e demais parceiros do sistema de Justiça para dar continuidade ao debate sobre a efetividade dos direitos fundamentais femininos.

Em sua quarta edição, a Semana Estadual de Valorização da Mulher tem como objetivo a prevenção e o combate ao fenômeno da violência contra a mulher, através de esforços conjuntos por parte do poder público e da sociedade civil organizada.

TEMÁTICA

A programação do Seminário “Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos” contará com palestrantes que são referência na

abordagem das questões de gênero, empoderamento feminino, violência doméstica e familiar contra a mulher, dentre outras, que visam fortalecer o enfrentamento a toda e qualquer forma de violação dos direitos das mulheres.

A temática terá como destaques:

1. Masculinidades Hegemônicas e Violência de Gênero (Valeska Zanello)

2. Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos (Ana Lúcia Sabadell)

3. Racismo Estrutural e o Sistema de Justiça (Mafoane Odara)

4. Análise de Riscos e Femicídio (Eugênia Villa)

5. Julgamento com Perspectiva de Gênero (Alcioni Escobar)

6. Artigo 24 da Lei 11.340/2006: aplicabilidade e controvérsias (Alice Bianchini)

7. Justiça Restaurativa e sua aplicabilidade no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher (Adolfo Ceretti e Ana Lúcia Sabadell)

CONHEÇA OS PALESTRANTES VALESKA ZANELLO

Pós-doutora em Psicologia Clínica, professora do Departamento de Psicologia/UNB. Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em Saúde Mental e Gênero. Coordena o grupo de pesquisa

Saúde Mental e Gênero (foco em mulheres) no CNPq, membro do Grupo de Estudos Feministas (GEFEM) da UnB. **ANA LÚCIA SABADELL**

Mestre em Direito (Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha) e Critical Criminology and Criminal Justice (Programa Erasmus, Universität des Saarlandes), doutora em Direito (Universität des Saarlandes), e pós-doutora pela Universidade Politécnica de Atenas (Grécia). Professora titular de Teoria do Direito da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, avaliadora do programa de doutorado em Direito Penal comparado do “Max-Planck Institut für ausländisches und internationales Strafrecht” em parceria com a Faculdade de Direito da “Freiburg Universität” (Freiburg im Breisgau-Alemanha).

MAFOANE ODARA

Psicóloga e mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Nos últimos quinze anos, Mafoane assumiu posições gerenciais em organizações como Ashoka e Instituto Arapyau nas áreas de inovação social, desenvolvimento de lideranças políticas e apoio e articulação dos setores público, social e empresarial. Também se dedica ao desenvolvimento de tecnologias sociais e de metodologias para o aperfeiçoamento de políticas e serviços



públicos e para a consolidação de programas de diversidade e direitos humanos, especialmente relacionados às questões de gênero e relações étnico-raciais.

ALICE BIANCHINI

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade do Sul de Santa Catarina, professora e parecista da Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes - REDE LFG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: violência doméstica, política criminal, Lei de Drogas e Direito Penal Econômico.

ADOLFO CERETTI

Doutor em Direito pela Universidade Complutense de Madri, mestre em Direito Penal pela USP, jurista e cientista criminal.

ALCIONI ESCOBAR

Juiza federal na Seção Judiciária do Pará.

**EUGÊNIA NOGUEIRA
DO RÊGO MONTEIRO
VILLA**

Doutoranda em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, mestre em Direito Público pela Universidade do Rio do Vale dos Sinos (UNISINOS), superintendente de Gestão de Riscos e Inteligência Estratégica da Secretaria de Segurança Pública do Piauí, professora titular da Universidade Estadual do Piauí, com experiência na área de Direito e Políticas Públicas, com ênfase em políticas de segurança pública, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, direito penal e processual penal, violência de gênero, gênero, biopolítica e linguagem. (*Comunicação ESMAM*)

Informe JP

Indenização descartada

A Justiça do Maranhão rejeitou pedido do engenheiro eletricitista Jean Carlos Oliveira para ser indenizado pelo jornalista Daniel Matos, que revelou que, desde 2015, a gestão de Flávio Dino pagava pelo aluguel de um prédio para funcionamento da Funac (Fundação da Criança e do Adolescente), ao custo de R\$ 9,5 mensal, sendo que o local só passou a funcionar em 2017, e de forma precária. A informação foi divulgada pelo próprio Daniel Matos.

Investigações de crime organizado são reforçadas com laboratório especializado

Equipamentos modernos, ação integrada e equipe especializada integram a estrutura do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), da Polícia Civil. Implantado em 2015, o laboratório é responsável pela análise minuciosa e apurada de materiais com fins a solução de casos envolvendo organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. Desde então, o trabalho do órgão foi decisivo para elucidar mais de 200 casos destas modalidades em todo o Maranhão. A polícia maranhense aperfeiçoou significativamente sua atuação no que refere ao uso de alta tecnologia, na padronização de procedimentos, no aprendizado interinstitucional e multidisciplinaridade organizacional, na promoção de encontros de trabalho e em parcerias firmadas, enfatiza o coordenador do LAB-LD, delegado Gabriel Carvalho, atribuindo a este conjunto de medidas o êxito nas atividades. “Esse balanço é extremamente positivo para a Segurança Pública e quem ganha é a população, que conta com uma polícia judiciária forte e eficiente”, pontuou o coordenador da instituição. O laboratório está inserido na



Delegado Gabriel Carvalho, coordenador do LAB-LD

estrutura do Centro de Inteligência da Polícia Civil (CIPC) e assessora na investigação de crimes do colarinho branco, além dos tradicionais tráfico de drogas, furto e roubo de maior complexidade, estelionato, peculato, fraudes a licitações, corrupção ativa e passiva, sonegação fiscal, usura, crime organizado em suas mais diversas faces, localização de foragidos e outros. Com o órgão, o trabalho de análise tornou-se mais ágil. Uma verificação, que antes levava mais de um ano, hoje pode ser feita em até quatro meses e resultando em relatórios mais precisos.

O coordenador do laboratório explica que, enquanto órgão de assessoramento, a unidade auxilia unidades da Polícia Civil no tratamento de informações geradas nas investigações e na produção de informações estratégicas para análise de grandes volumes de dados. “Todo esse trabalho é feito com a utilização de tecnologia e gestão de conhecimentos, principalmente em matéria financeira. Um trabalho que já competia à polícia judiciária, mas se aperfeiçoou com a implantação do laboratório”, destacou o delegado. O LAB-LD conta com uma equipe

DIVULGAÇÃO

experiente de investigadores com formação específica na área e ampla experiência em análise financeira e tecnologia da informação. O parque tecnológico inclui hardwares e softwares vindos do governo federal; e ferramentas desenvolvidos na própria instituição a exemplo do Sisgestor (sistema interno de acompanhamento dos casos do início à finalização, de forma digital). As maiores demandas do laboratório vêm da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), para somar em apuração de casos corrupção e lavagem de dinheiro. “As instituições em nível estadual têm se empenhado em atuar conjuntamente na apuração dos crimes de matriz financeira e a população tem denunciado mais e esperado uma atuação cada vez mais firme dos entes da Segurança Pública. O somatório destes fatores tem permitido à Polícia Civil do Maranhão avançar cada vez mais na solução dos casos”, concluiu Gabriel Carvalho. São 58 LAB-LD no Brasil, sendo o do Maranhão a 37ª inaugurada. Estes órgãos atuam integrados nacionalmente no combate ao crime.

Rapidinhas

- A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão tem colocado em prática programas, projetos e ações em busca de uma Justiça democrática de proximidade com o cidadão. O Projeto Ouvidoria Itinerante é uma dessas iniciativas. Para falar sobre este trabalho que vem sendo desenvolvido, o desembargador José Luiz Almeida, ouvidor-geral do Judiciário, será o entrevistado do programa Justiça Cidadã de sábado (3), ao meio-dia, na TV

Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17).

- Os apresentadores Heider Lucena e Amanda Campos vão conversar com o ouvidor, que apresentará um quadro sobre as principais reclamações e pedidos de informação encaminhados à Ouvidoria.
 - Ele também vai explicar como o órgão conseguiu um índice de resposta definitiva ao cidadão, em prazo de 20 dias úteis, que alcança mais de 98% dos casos.
-